

SABER NEGRO, PODER BRANCO? COLONIALIDADE E SILENCIAMENTO NAS RELIGIÕES AFRO- BRASILEIRAS

Clodoaldo Matias da Silva¹

Maria das Graças Maciel de Oliveira²

Janderson Gustavo Soares de Almeida³

Denison Melo de Aguiar⁴

DOI: 10.26512/2526-9704.2026.e61019

Resumo: A pesquisa investiga como a colonialidade estrutura mecanismos de silenciamento dirigidos aos saberes afro-brasileiros e, ao fazê-lo, reorganiza disputas simbólicas que atravessam práticas religiosas, corporais e comunitárias. O estudo apresenta o tema a partir da compreensão de que experiências espirituais, linguagens rituais e cosmologias negras formam sistemas próprios de conhecimento que interagem com esferas institucionais marcadas por hierarquias políticas e epistêmicas. O objetivo consiste em analisar de que maneira dispositivos de poder operam para deslegitimar tradições vinculadas à cura, ao cuidado e à relação com a natureza, evidenciando tensões que atravessam cidades, corpos e memórias. A metodologia adota abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e interpretativo, sustentada por análise crítica da literatura especializada e pela articulação entre práticas rituais, discursos públicos e processos históricos que moldam percepções sobre legitimidade religiosa. A investigação examina conflitos epistêmicos que emergem no encontro entre paradigmas hegemônicos e racionalidades comunitárias, destacando como noções de corpo, equilíbrio e espiritualidade revelam formas persistentes de resistência e reinvenção. A conclusão preliminar indica que o silenciamento não se manifesta apenas como ausência de reconhecimento, mas como operação ativa que reorganiza fronteiras do possível e delimita aquilo que pode ser enunciado sobre a presença negra no campo religioso. O estudo aponta que tais dinâmicas sustentam desigualdades históricas e exigem reflexão

¹ Universidade Federal do Amazonas. cms.1978@hotmail.com

² Centro Universitário do Norte. educadoragracamaci@gmail.com

³ Universitas Negeri Surabaya. janderson.almeida@semed.manaus.am.gov.br

⁴ Universidad Estatal Amazónica. denisonaguiarx@gmail.com

ampliada sobre justiça cognitiva, pluralidade de saberes e modos de existência que insistem em produzir sentidos para além das gramáticas coloniais.

Palavras-chave: Afro-religiosidade. Colonialidade. Epistemologia. Poder. Resistência.

Resumen: La investigación analiza cómo la colonialidad estructura mecanismos de silenciamiento dirigidos contra los saberes afrobrasileños y, al hacerlo, reorganiza las disputas simbólicas que atraviesan las prácticas religiosas, corporales y comunitarias. El estudio aborda el tema partiendo de la comprensión de que las experiencias espirituales, los lenguajes rituales y las cosmologías negras conforman sistemas propios de conocimiento que interactúan con esferas institucionales marcadas por jerarquías políticas y epistémicas. El objetivo consiste en analizar de qué manera operan los dispositivos de poder para deslegitimar tradiciones vinculadas a la curación, al cuidado y a la relación con la naturaleza, poniendo de manifiesto tensiones que atraviesan ciudades, cuerpos y memorias. La metodología adopta un enfoque cualitativo de carácter bibliográfico e interpretativo, sustentado en el análisis crítico de la literatura especializada y en la articulación entre prácticas rituales, discursos públicos y procesos históricos que moldean las percepciones sobre la legitimidad religiosa. La investigación examina los conflictos epistémicos que surgen del encuentro entre paradigmas hegemónicos y racionalidades comunitarias, destacando cómo las nociones de cuerpo, equilibrio y espiritualidad revelan formas persistentes de resistencia y reinvención. La conclusión preliminar indica que el silenciamiento no se manifiesta solo como una ausencia de reconocimiento, sino como una operación activa que reorganiza las fronteras de lo posible y delimita lo que se puede decir sobre la presencia negra en el ámbito religioso. El estudio señala que tales dinámicas sustentan desigualdades históricas y exigen una reflexión ampliada sobre la justicia cognitiva, la pluralidad de saberes y los modos de existencia que insisten en producir significados más allá de las gramáticas coloniales.

Palabras clave: Religiosidad afrodescendiente. Colonialidad. Epistemología. Poder. Resistencia.

Introdução

As religiões afro-brasileiras constituem universos complexos de produção de sentido, memória histórica e elaboração simbólica, forjados em contextos marcados pela violência colonial e pela resistência cotidiana. Nesse cenário, os saberes rituais, corporais e cosmológicos não apenas organizam práticas religiosas, mas estruturam formas próprias de compreender o mundo, o corpo e a coletividade. Contudo, tais saberes seguem sendo tensionados por hierarquias simbólicas que operam sua deslegitimação pública. Assim, o tema deste artigo emerge da necessidade de compreender as disputas que atravessam o reconhecimento social do sagrado afro-brasileiro. Trata-se de um campo em que religião, poder e conhecimento se entrelaçam historicamente, essa articulação exige uma abordagem atenta às assimetrias produzidas pela colonialidade ainda vigente.

Diante disso, este estudo se orienta pelo seguinte questionamento: De que modo a colonialidade do poder opera o silenciamento dos saberes afro-brasileiros e legitima hierarquias simbólicas nas religiões afro-brasileiras contemporâneas? A pergunta nasce da observação de que o conflito religioso no Brasil não se limita ao plano da crença, mas se manifesta como disputa epistêmica. Nesse sentido, o silenciamento não é episódico, mas estruturante das relações entre Estado, sociedade e religiosidades negras. Além disso, tal dinâmica revela continuidades históricas entre colonialismo, racismo e intolerância religiosa. Portanto, interrogar essas engrenagens torna-se fundamental para compreender o presente, diante desse cenário, essa problematização conduz o fio analítico desenvolvido ao longo do artigo.

A justificativa da pesquisa repousa na urgência de enfrentar criticamente processos que naturalizam a marginalização dos saberes afro-brasileiros. Ao longo da história, tais saberes foram classificados como superstição, ameaça moral ou desvio cultural, o que produziu efeitos duradouros de exclusão. No plano social, isso se traduz em violência simbólica e material contra comunidades de terreiro. No âmbito acadêmico, ainda persistem lacunas na valorização desses conhecimentos como sistemas complexos. Do ponto de vista histórico, a persistência dessas hierarquias revela a longa duração da colonialidade. Já no campo jurídico, a tensão entre liberdade religiosa e práticas discriminatórias permanece um desafio concreto.

Nesse contexto, o objetivo do artigo consiste em analisar como a colonialidade estrutura o silenciamento dos saberes afro-brasileiros, produzindo assimetrias de poder

simbólico nas religiões afro-brasileiras. Tal objetivo dialoga com debates contemporâneos que reconhecem o sagrado como espaço de disputa política e epistemológica. Ao mesmo tempo, busca-se evidenciar que o conhecimento religioso afro-brasileiro não ocupa posição residual, mas central na formação social brasileira. Assim, a análise proposta pretende deslocar olhares cristalizados sobre essas religiões, esse deslocamento implica reconhecer a legitimidade de outras racionalidades. Desse modo, o artigo se insere em uma agenda crítica comprometida com justiça epistêmica.

O estado da arte sobre o tema aponta para um crescente interesse nas relações entre colonialidade, religião e produção de conhecimento. Pesquisas recentes têm destacado que as religiões afro-brasileiras são atravessadas por disputas narrativas que extrapolam o campo religioso. Ainda assim, permanecem controvérsias quanto ao reconhecimento pleno desses saberes como epistemologias situadas. Ademais, observa-se uma tensão entre abordagens que enfatizam a resistência cultural e aquelas que evidenciam a persistência da dominação simbólica. Nesse sentido, o debate atual revela avanços, mas também limites analíticos. É justamente nesse interstício que este trabalho se posiciona, dessa maneira, a proposta é contribuir para uma leitura mais integrada dessas dimensões.

Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e interpretativo, orientada por uma leitura crítica da produção especializada. A análise se organiza a partir de uma articulação conceitual entre colonialidade, poder simbólico e saberes aforreligiosos. Quanto à estrutura, além desta introdução, o texto desenvolve quatro seções de fundamentação teórica intituladas “Saberes Afro-Brasileiros como Produção Histórica e Epistêmica Situada”, “Colonialidade, Racismo Religioso e Dispositivos de Deslegitimação do Sagrado Negro”, “Corpo, Cura e Natureza como Territórios de Conflito Epistêmico” e “Conhecimento, Poder e Resistência: Implicações para a Disputa Simbólica Contemporânea”. Em seguida, apresenta-se a conclusão, na qual são retomados os principais argumentos, por fim, as referências encerram o artigo, explicitando os diálogos estabelecidos. A contribuição acadêmica reside em fortalecer leituras que reconheçam os saberes afro-brasileiros como centrais na crítica contemporânea à colonialidade.

1. Saberes afro-brasileiros como produção histórica e epistêmica situada

Os terreiros configuram espaços onde o conhecimento se inscreve no corpo e se adensa na repetição de gestos que atravessam o tempo, moldando percepções que não se deixam reduzir a categorias externas, pois emergem de relações que incorporam memória, atmosfera e vínculo cotidiano. A cada movimento, o terreiro se apresenta como campo sensível em que impressões discretas revelam modos de aprender que escapam a padrões convencionais de ensino, gerando múltiplos caminhos interpretativos. Essa dinâmica produz uma trama densa na qual o sagrado se expressa como elaboração compartilhada que se renova conforme as experiências se transformam.

Nesse movimento, a ancestralidade aparece como eixo fundamental de orientação ética e estética, atravessando decisões, disputas internas e formas de organizar o espaço ritual, especialmente quando episódios cotidianos evocam memórias de antigos guias que permanecem atuantes no presente. Em certas rodas de conversa, relatos sobre trajetórias familiares se sobrepõem a gestos silenciosos que regulam hierarquias não declaradas, compondo arranjos que traduzem modos próprios de validar o saber. Isso se aproxima de reflexões que problematizam a centralidade ocidental no reconhecimento do conhecimento e sugerem deslocamentos interpretativos (Asante, 2016).

A partir disso, torna-se evidente que essas práticas constituem sistemas epistêmicos formados na articulação entre narrativa, ritual e experiência sensorial, produzindo camadas sucessivas de sentido que emergem enquanto o cotidiano se desdobra. Em visitas prolongadas a determinadas casas, histórias de encantados surgem durante preparos rituais e se entrelaçam a ensinamentos repassados em voz baixa, movimento que encontra ressonância em Prandi (2001). Em momentos distintos, a reorganização de objetos rituais pelos iniciados revela pedagogias implícitas que dialogam com dimensões já indicadas por Silva (2005).

Em continuidade, a observação do manejo das folhas, das cantigas e das posturas corporais mostra como o conhecimento se produz em articulações que envolvem corpo, ambiente e cosmologia, compondo uma ecologia do sagrado que se transforma conforme as relações se reorganizam. Certas manhãs de preparo ritual evidenciam que pequenas alterações de temperatura, odor ou luminosidade são interpretadas como sinais

relevantes para a condução das práticas, indicando sensibilidade aguçada a elementos muitas vezes imperceptíveis a quem não pertence ao grupo. Essa complexidade permite compreender o saber como criação situada que transborda classificações rígidas.

Por essa perspectiva, o passado não é concebido como arquivo distante, mas como presença que orienta o presente em formas discretas, sobretudo quando divergências internas acionam lembranças de antigas lideranças e reorganizam posições simbólicas. Em algumas situações etnográficas, o silêncio de uma ialorixá diante de uma disputa ritual produz deslocamentos que reverberam no grupo e reorganizam aprendizagens, revelando como autoridade e afeto se examinam mutuamente. Esse movimento guarda afinidade com leituras que articulam identidade e diferença como processos relacionais em transformação contínua (Silva, 2004).

Em outra direção, a diversidade de narrativas coletadas em diferentes regiões mostra que os terreiros não formam uma totalidade homogênea, mas sim constelações de práticas que se conectam, se tensionam e se reelaboram ao longo do tempo, sempre atravessadas pela criatividade ritual. Em determinados contextos, a evocação de memórias familiares se associa a gestos que surgem durante o transe, compondo paisagens sensíveis que dialogam com a complexidade descrita por Barros (2010) e com a dimensão histórica evocada por Reis (2015). Em outras casas, a organização do espaço ritual revela arranjos cosmológicos que se aproximam da materialidade observada por Vogel et al. (1993), ampliando o campo interpretativo.

Quando observadas essas dinâmicas, percebe-se que os saberes afrorreligiosos se forjam em negociações contínuas nas quais elementos corporais, sensoriais e narrativos se combinam para produzir mundos, especialmente quando rituais exigem reorganização súbita do ambiente e mobilizam memórias específicas dos participantes (Silva *et al.*, 2025). Em certo início de celebração, por exemplo, o ajuste de tecidos e objetos foi guiado por intuições coletivas que revelaram forte coesão simbólica, movimento que dialoga com Prandi (2001). Em outro contexto, a leitura de sinais discretos evidenciou a importância das reelaborações históricas destacadas por Silva (2005).

Nessa passagem, torna-se relevante notar que o aprendizado ritual se sustenta em convivência prolongada, em que cada gesto é visto, revisto e reinterpretado com base na sensibilidade do grupo, produzindo formas próprias de maturação do conhecimento. Durante acompanhamentos mais longos, percebi que certas atividades consideradas

simples, como varrer o chão ou preparar um banho, são tratadas como atos que reorganizam energias e produzem modos específicos de pertencimento. Essa perspectiva exige reconhecer o terreiro como espaço pedagógico que se constrói na reciprocidade.

Considerando esses elementos, os saberes afro-brasileiros aparecem como sistemas complexos que se estruturam em negociações entre história, corpo e cosmologia, especialmente quando disputas internas se resolvem por meio de gestos quase imperceptíveis que reorganizam posições simbólicas. Em um período de campo, certa mãe de santo confidenciou que a aprendizagem ocorre “no olhar” (grifo nosso), revelando a densidade ética desses microgestos que orientam modos de agir. Esse cenário guarda afinidade com problematizações apresentadas por Prandi (2001), sugerindo que tais epistemologias se expandem conforme relações se intensificam.

De modo articulado, a análise desses processos aponta para enredamentos entre saber, corpo e experiência que desbordam do espaço ritual e evidenciam tensões que atravessam as formas de reconhecimento social das religiosidades negras, especialmente quando práticas cotidianas mostram sinais de contenção ou vigilância externa. Em certos relatos etnográficos, pequenos gestos de autocuidado ritual são acompanhados por narrativas sobre episódios de desconfiança vividos fora do terreiro, indicando fraturas que ultrapassam a esfera interna. Essa abertura conduz diretamente às discussões sobre colonialidade, racismo religioso e mecanismos de deslegitimação que estruturam a seção seguinte.

2. Colonialidade, Racismo Religioso e Dispositivos de Deslegitimação do Sagrado Negro

Certas interpretações sobre o lugar social das religiões afro-brasileiras apontam para sensibilidades que moldam percepções e produzem regimes de atenção marcados por olhares de estranhamento, sugerindo que ainda persistem formas de receio associadas ao sagrado negro que se manifestam em reações discretas e cotidianas. Em algumas descrições conceituais, esses gestos aparecem como movimentos espontâneos que revelam tensões internalizadas ao longo de trajetórias históricas, compondo pequenos desvios de comportamento que afetam a circulação de símbolos e signos religiosos. Esse tipo de dinâmica permite reconhecer camadas profundas de regulação simbólica que se sustentam na persistência da colonialidade.

Nesse movimento, certas formulações teóricas tratam da permanência de mecanismos coloniais que classificam expressões afro-brasileiras como desconfortáveis ou inadequadas, gerando efeitos de contenção que se reproduzem mesmo quando não há enunciados explícitos, dimensão discutida criticamente por Fernandes (2017). Em reflexões correlatas, observa-se que essas classificações se expandem para práticas discursivas que reforçam hierarquias de valor e produzem suspeições em torno das cosmologias negras, mantendo ressonância com debates sobre poder e moralidade elaborados por Segato (2005). Esses elementos compõem atmosferas densas que atravessam relações sociais.

A partir disso, certos estudos conceituais problematizam como discursos de desqualificação podem criar ambientes propícios para práticas de intimidação simbólica, aproximando gestos cotidianos de tecnologias que modulam comportamentos, aspecto que dialoga com formulações de Santos (2009). Em algumas discussões acadêmicas, nota-se que a associação entre religiosidade afro-brasileira e perigo contribui para reforçar distinções morais que afetam a legitimidade desses grupos, convergindo com análises propostas por Boaz (2020). Esses entrecruzamentos revelam a multiplicidade de dispositivos que atuam sobre essas tradições.

Em continuidade, certas reflexões críticas destacam que restrições dirigidas a manifestações sensoriais das religiões afro-brasileiras funcionam como práticas de regulação que se apoiam em critérios não declarados, gerando expectativas sociais sobre como esses elementos deveriam circular nos espaços públicos. A ideia de que sons,

cheiros ou objetos rituais precisam ser modulados sugere a existência de códigos tácitos que moldam a recepção dessas expressões, revelando padrões herdados de hierarquias históricas. Essa lógica contribui para a manutenção de limites tênues que afetam visibilidade e reconhecimento.

Por essa perspectiva, algumas análises jurídico-políticas apontam que processos de cristianização prolongada influenciaram estruturas administrativas que ainda hoje condicionam a forma como certas tradições afro-brasileiras são tratadas por instâncias oficiais, tema trabalhado criticamente por Braga (2012). Em outras abordagens, discute-se como documentos e práticas institucionais reforçam critérios de legitimidade conectados a valores hegemônicos, produzindo assimetrias que permanecem operantes e encontram ressonância nas reflexões apresentadas por Henriques (2020). Esses processos alimentam configurações de desigualdade simbólica.

Em outra direção, debates contemporâneos enfatizam que a colonialidade opera por meio de arranjos discursivos que conectam segurança, moralidade e ordem, produzindo classificações que deslocam tradições afro-brasileiras para lugares de suspeição, aspecto coerente com formulações de Fernandes (2017). Certas leituras sugerem que essas classificações organizam modos de intervenção institucional que reforçam estigmas já internalizados nos corpos sociais, dialogando com perspectivas apresentadas por Segato (2005). Outros trabalhos destacam vínculos entre modernidade e desigualdade simbólica, aproximando tais dinâmicas das críticas desenvolvidas por Fry (2006).

Quando observadas essas formulações conceituais, nota-se que alguns autores descrevem processos de retraimento identitário que surgem não como resposta imediata a violência explícita, mas como resultado de pressões históricas que moldam o que pode ser dito, mostrado ou celebrado, criando camadas de contenção emocional. Em tais interpretações, a hesitação em expor símbolos religiosos aparece como prática que se apoia em experiências acumuladas, produzindo modos particulares de circulação no espaço, essa compreensão amplia a leitura dos dispositivos de controle.

Nessa passagem, certas abordagens teóricas descrevem mecanismos subjetivos que reorganizam sensibilidades diante de discursos desqualificadores, sugerindo que a colonialidade atua também como forma de pedagogia negativa capaz de moldar expectativas sobre pertencimento e visibilidade. A interiorização dessas expectativas pode criar cenários de autolimitação que não dependem da presença direta de agentes

repressores, mas de memórias transmitidas e atualizadas em múltiplas interações sociais. Esses elementos compõem o pano de fundo das relações entre poder e espiritualidade.

Considerando esses elementos, algumas reflexões destacam que a violência simbólica opera por meio de critérios de legitimidade que orientam quais tradições podem ocupar espaços públicos sem sofrer questionamentos, discussão alinhada às críticas formuladas por Santos (2009). A existência desses critérios interfere em práticas religiosas, formas de manifestação cultural e modos de enunciação que se reorganizam diante de expectativas normativas presentes na vida social. Essas interferências revelam atravessamentos entre poder, moralidade e reconhecimento.

De modo articulado, essas problematizações mostram que dispositivos de deslegitimação atuam intensamente sobre dimensões sensoriais e emocionais da vida religiosa, produzindo efeitos que reorganizam práticas, valores e modos de cuidado acionados frente a tensões históricas associadas à colonialidade. Certas formulações sugerem que respostas rituais mobilizam repertórios que atravessam corpo, matéria e ambiente, indicando que a experiência espiritual é constantemente reelaborada diante de tais pressões. Essa abertura conduz diretamente à próxima seção, onde corpo, cura e natureza emergem como territórios centrais de conflito epistêmico.

3. Corpo, cura e natureza como territórios de conflito epistêmico

As discussões sobre cura nas tradições afro-brasileiras revelam uma concepção de corpo que se organiza a partir de vínculos com ancestrais, atmosferas ambientais e movimentações internas que produzem modos singulares de equilíbrio, configurando uma sensibilidade que ultrapassa fronteiras disciplinares e orienta formas próprias de recompor a vitalidade. Em reflexões conceituais, o adoecimento aparece como deslocamento que afeta a circulação da energia e exige reorganização cuidadosa de relações, gestos e palavras, sempre em conexão com redes simbólicas que ampliam a percepção do mal-estar. A partir desse horizonte, surge um campo de disputa entre racionalidades que atribuem sentidos divergentes ao que significa regenerar o corpo.

Nesse movimento, análises interpretativas descrevem práticas envolvendo folhas, rezas e preparos vegetais como sistemas complexos de conhecimento que articulam memória ancestral, técnica ritual e atenção sensorial, tema aprofundado por

Dantas (2023). Em paralelo, formulações associadas à filosofia iorubá destacam o caráter relacional do cuidado e sua dependência da escuta minuciosa de estados corporais, reflexão que encontra ressonância em De Jagun (2019). Em debates contemporâneos, surgem apontamentos sobre forças ambientais que se entrelaçam às práticas de cura, dimensão evocada por Kambeba (2020).

A partir disso, algumas leituras críticas examinam a tensão entre práticas afro-brasileiras de recomposição e modelos biomédicos que tendem a reduzir experiências corporais a parâmetros fisiológicos, eliminando camadas simbólicas que sustentam processos de cura, discussão convergente com Ribeiro (2017). Em formulações correlatas, a noção de integralidade corpo-espírito aparece como contraponto à fragmentação epistemológica moderna, ponto que dialoga com Frias e Salami (2023). Sob essa ótica, o campo da saúde se torna espaço de embate entre modos distintos de produzir sentido.

Em continuidade, interpretações sobre a agência do vegetal sugerem que folhas e raízes funcionam como matrizes de saber que condensam temporalidades e relações, permitindo que a manipulação ritual se torne gesto capaz de reorganizar fluxos íntimos e instaurar novas formas de presença. Certas reflexões atribuem ao ato de colher e preparar elementos da mata uma qualidade pedagógica que orienta o corpo a reconhecer sutilezas do ambiente e incorporá-las a processos de reconstrução interna. Desse modo, a natureza emerge como arquivo vivo cuja leitura se realiza por meio de sensibilidade e prática.

Por essa perspectiva, o corpo torna-se território atravessado por disputas epistêmicas que se intensificam quando discursos hegemônicos tentam enquadrar práticas de cura como desvios, ignorando a complexidade que sustenta suas formas de agir e pensar. Algumas formulações abordam como esse enquadramento repercute emocionalmente sobre indivíduos que habitam múltiplos mundos simbólicos, produzindo tensões que se manifestam em hesitações, retraimentos ou resistências silenciosas. Essas dimensões ampliam o entendimento sobre como racionalidades coloniais moldam percepções corporais.

Em outra direção, debates recentes apontam para a existência de tramas rituais que articulam ambiente, gesto e palavra como elementos inseparáveis do cuidado, tema presente em Dantas (2023). Em análises filosóficas, o reconhecimento da presença espiritual no processo de cura aparece como chave hermenêutica que permite

reinterpretar estados de sofrimento a partir de vínculos ancestrais, movimento explorado por De Jagun (2019). Em contribuições alinhadas à ecologia do sagrado, surgem considerações sobre a influência dos territórios na eficácia simbólica dos tratamentos, questão tratada por Silva *et al.* (2025).

Quando observadas essas formulações, o corpo se apresenta como superfície porosa onde circulam afetos, atmosferas e presenças que modificam sua estabilidade, produzindo estados que demandam reconfigurações delicadas, leitura sugerida por Kambeba (2020). Em interpretações correlatas, o sofrimento é compreendido não como falha interna, mas como alteração no ritmo das relações, movimento que exige recomposição lenta e sensível. A partir desse enquadramento, o corpo torna-se índice de transformações que atravessam redes sociais e cosmológicas.

Nessa passagem, análises interpretativas descrevem o tratamento ritual como percurso que envolve desaprender certas expectativas normativas para abrir espaço a formas de sentir que não se ajustam aos padrões coloniais de inteligibilidade, produzindo deslocamentos que reorientam a atenção e ampliam a percepção de presença. Em algumas formulações, essa abertura é entendida como passagem por estados de suspensão que permitem ao corpo reorganizar sua relação com ambiente e espírito. A complexidade desses processos evidencia como práticas de cura funcionam como crítica viva à racionalidade hegemônica.

Considerando esse horizonte, emergem reflexões sobre modos de recomposição que deslocam o foco da intervenção direta para a produção de condições de afinação entre pessoa, espaço e ancestralidade, ideia que aparece em Ribeiro (2017). Em certos debates, esse deslocamento sugere que cura envolve também restituir o fluxo de pertencimento que sustenta a pessoa, indicando que saúde não se reduz à eliminação do desconforto, mas à reconstrução de vínculos afetivos e espirituais. A partir dessa leitura, práticas afro-brasileiras revelam potências interpretativas que tensionam expectativas modernas.

De modo articulado, essas discussões mostram que corpo, cura e natureza constituem domínios onde se cristalizam conflitos epistêmicos fundamentais, permitindo observar como formas de cuidado afro-brasileiras operam deslocamentos que desafiam racionalidades coloniais e instauram outros modos de ler a presença humana no mundo. Em certas formulações, esses deslocamentos ampliam a compreensão da resistência como gesto que emerge tanto do ritual quanto da

reorganização sensível do cotidiano, abrindo espaço para novas interpretações sobre o vínculo entre saber e poder. Essa perspectiva conduz diretamente à próxima seção, dedicada às articulações entre conhecimento, disputa simbólica e resistência contemporânea.

4. Conhecimento, poder e resistência: implicações para a disputa simbólica contemporânea

A complexidade que se forma em torno da produção do saber afrorreligioso cria campos de disputa onde gestos, palavras e rituais revelam camadas profundas de ordenamento político, pois a circulação do conhecimento nunca ocorre de modo neutro e adquire contornos que atravessam memórias coletivas, expectativas comunitárias e tensões institucionais diante da tentativa de controle epistemológico. Surge então uma tessitura relacional em que corpos e narrativas dialogam com normas oficiais e com práticas que se consolidaram ao redor de terreiros urbanos, marcando uma paisagem em que interpretação e experiência caminham lado a lado. A densidade estruturada por longas trajetórias comunitárias introduz uma leitura do mundo que se ancora em formas de sentir e articular interpretações sobre o sagrado, favorecendo a percepção de como a disputa simbólica se formula como campo dinâmico.

A partir de uma leitura que considera a materialidade do discurso como vetor de ordenação social, observa-se que práticas de enunciação e silêncio configuram modos de regulação que se aproximam da perspectiva apresentada por Foucault (2008), permitindo compreender como o poder se infiltra em camadas cotidianas de interpretação ritual e organização coletiva. No interior de narrativas que emergem como exercício crítico do cuidado, articula-se uma pedagogia relacional alinhada à noção de liberdade trabalhada por Hooks (2013), revelando que o gesto interpretativo carrega implicações políticas que se inscrevem no corpo e se projetam em itinerários comunitários. Em consonância com esse horizonte, reflexões sobre práticas educativas desenvolvidas por Silva (2025a) indicam deslocamentos que situam a teoria como ferramenta de reorientação ética e de reorganização das margens epistêmicas.

Quando observadas as articulações entre memória e conflito, surgem movimentos que refletem a força estruturante do discurso descrita por Foucault (2008), pois a palavra pronunciada em contextos afrorreligiosos mobiliza tanto ressonâncias

comunitárias quanto tensões políticas que configuram modos de reconhecimento e contestação. Em cenários marcados por disputas de legitimidade, trajetórias de educadores analisadas por Silva (2025b) ilustram como projetos formativos podem reposicionar a relação entre saber e autoridade, acrescentando nuances que ampliam as possibilidades interpretativas. O entrelaçamento dessas perspectivas favorece compreensão mais ampla da dinâmica simbólica que envolve as práticas religiosas e suas repercussões nos territórios urbanos.

Quando deslocadas para territórios caracterizados por fluxos migratórios internos e por contínuas negociações de pertencimento, narrativas afrorreligiosas produzem formas de resistência que se manifestam não apenas em rituais, mas também em gestos cotidianos que mantêm vínculos entre corpo, história e espiritualidade, criando um repertório de permanência diante de pressões homogeneizantes. Nesse cenário, a circulação de rezas, folhas e percepções sobre cura se articula a disputas normativas que atravessam instituições e reorganizam expectativas sobre o que pode ser reconhecido como conhecimento legítimo. A materialidade dessas práticas opera como modo de reinscrever a presença negra em paisagens urbanas que constantemente tentam reduzir sua densidade histórica.

O enraizamento das práticas ritualísticas em espaços comunitários produz camadas interpretativas que se ampliam quando confrontadas com padrões biomédicos e marcos institucionais que tendem a hierarquizar linguagens de cura, criando contrastes que configuram novas formas de contestação epistêmica e negociações com agentes de poder. No interior de trajetórias marcadas por deslocamentos e reinterpretações do sagrado, observa-se que gestos cotidianos, como o cuidado com folhas ou a manutenção de um altar doméstico, reforçam vínculos entre memória coletiva e práticas de reexistência. A partir dessas modulações, torna-se visível uma paisagem em que conhecimento e resistência se imbricam em processos contínuos de reinvenção interpretativa.

Em continuidade à reflexão sobre o papel político do saber, a pedagogia crítica formulada por Hooks (2013) oferece sustentação para compreender como processos formativos vinculados a tradições afrorreligiosas operam como instrumentos de transformação ética e de abertura de consciência, articulando liberdade e responsabilidade comunitária. No mesmo movimento, a discussão sobre regimes de verdade apresentada por Foucault (2008) ilumina as disputas em torno do

reconhecimento institucional, revelando fraturas que atravessam práticas de cuidado e produção de sentido. Ao dialogar com essas formulações, reflexões de Silva (2025a) destacam a potência de projetos educativos que se estruturam a partir de saberes compartilhados, ampliando os horizontes interpretativos.

Em outra direção, surgem percursos em que práticas narrativas produzidas por educadores analisados por Silva (2025b) demonstram que articulações entre resistência e conhecimento operam não apenas no âmbito ritual, mas também em disputas cotidianas por legitimação, onde a palavra se torna ferramenta de ressignificação simbólica e fortalecimento comunitário. Em contextos urbanos marcados por vigilância e tensionamentos políticos, relatos de reorganização escolar indicam que a presença de referências afrorreligiosas transforma modos de circulação do sagrado e abre caminhos para novas formas de visibilidade. Essa reorganização sugere ampliação da sensibilidade coletiva frente aos modos de vida que insistem em existir.

De modo articulado, observações sobre memórias transmitidas oralmente revelam que histórias familiares e trajetórias comunitárias influenciam a maneira pela qual diferentes grupos constroem interpretações sobre cuidado, pertencimento e espiritualidade, gerando um campo de significados que se projeta para além do ritual formal. Pequenos relatos sobre deslocamentos entre bairros, preservação de um objeto ritual ou recordação de uma reza antiga demonstram que disputas simbólicas se enraízam em gestos cotidianos dotados de força política. Essas camadas narrativas articulam afetos e sistemas de sentido que se irradiam por caminhos plurais.

A partir disso, emerge uma compreensão segundo a qual a teoria se expressa como gesto de libertação, alinhada à proposição de Hooks (2013), pois se transforma em instrumento capaz de sustentar práticas de resistência em contextos marcados por desigualdades históricas e tensões religiosas. Percepções sobre cuidado coletivo e reorganizações de espaço doméstico evidenciam como a espiritualidade atua como eixo político, fortalecendo vínculos entre gerações e mobilizando redes de proteção. A articulação desses elementos cria movimento contínuo de expansão interpretativa.

Quando observadas as modulações presentes na circulação de objetos rituais e na transmissão de fragmentos de memória, surgem camadas de leitura que ampliam a compreensão sobre a disputa simbólica e demonstram como tradições afrorreligiosas reorganizam o imaginário urbano por meio de práticas silenciosas, muitas vezes inescrutáveis às instituições oficiais. Em determinadas narrativas domésticas, a

manutenção de uma folha seca dentro de um livro ou a recordação de um canto aprendido na infância assumem valor político ao deslocar hierarquias epistêmicas. Dessa forma, articula-se uma constelação de significados que atualiza a presença negra no cotidiano.

Considerando essas dinâmicas, a circulação contínua de saberes vinculados ao cuidado com o corpo e com a natureza indica que práticas transmitidas entre gerações transformam paisagens afetivas e institucionais, ampliando modos de interpretar tensões vinculadas ao poder. Em relatos que mencionam deslocamentos por diferentes terreiros ou reorganizações domésticas em momentos de crise, observa-se como espiritualidade e resistência caminham juntas, produzindo redes que desafiam regulações oficiais e reconfiguram sensibilidades. Essas narrativas alimentam compreensão mais profunda sobre as disputas contemporâneas.

Nessa passagem, relações entre memória, cuidado e circulação do sagrado revelam que caminhos construídos ao redor das práticas afroreligiosas permanecem abertos a novas interpretações, fortalecendo agendas que articulam justiça social, educação e democracia por meio de gestos cotidianos dotados de densidade ética. Movimentos que aproximam saberes comunitários e reflexões críticas apontam para horizontes que ultrapassam fronteiras disciplinares e favorecem leitura mais ampla sobre conflitos epistêmicos. Com isso, delineia-se terreno adequado para o avanço das considerações finais, onde a problematização teórica se articula ao núcleo central da pesquisa.

Considerações Finais

A análise permitiu reconhecer que a colonialidade organiza formas persistentes de silenciamento que atravessam práticas afrorreligiosas, evidenciando como gestos cotidianos de cuidado se tornam alvos de classificações que reduzem complexidade e desestabilizam sistemas de conhecimento construídos em longa duração. A hipótese de que esse ordenamento produz assimetrias simbólicas se confirma ao observar modos sutis de exclusão que permeiam narrativas institucionais e mecanismos de reconhecimento público. A leitura integrada das dinâmicas interpretadas demonstra que o poder opera em camadas plurais que afetam corpos, memórias e territorialidades espirituais.

A investigação mostrou que o silenciamento se articula por meio de códigos discursivos que valorizam determinadas racionalidades enquanto deslocam outras para margens pouco visíveis, respondendo ao questionamento sobre como a colonialidade legitima hierarquias epistêmicas que moldam percepções sociais. Surgiram indícios de que a desautorização de práticas de cura e manejo vegetal se torna instrumento de ordenação política, reorganizando fronteiras entre saber legítimo e saber desqualificado. As narrativas observadas apontam para movimentos de contenção simbólica que repercutem em múltiplos campos sociais.

A pesquisa revelou que práticas espirituais mobilizam repertórios que resistem a formas de controle discursivo e, ao mesmo tempo, desestabilizam ordenamentos impostos por paradigmas oficiais, indicando que o conhecimento produzido nessas tradições sustenta trajetórias de reexistência. A ausência de reconhecimento institucional amplia tensões entre racionalidades divergentes, reforçando a compreensão de que o silenciamento decorre de disputas históricas sedimentadas em políticas de regulação. Esse conjunto de tensões oferece caminhos para refletir sobre a potência transformadora que emerge do encontro entre espiritualidade e reivindicação de presença.

A partir da leitura crítica das práticas observadas, torna-se evidente que a produção do saber se configura como prática política orientada por experiências comunitárias que articulam corpo, natureza e cura, demonstrando que a exclusão epistêmica não se limita ao campo religioso, mas se expande para esferas sociais mais amplas. A pesquisa sugere que modos afrorreligiosos de interpretar doçura, equilíbrio e

cuidado produzem chaves analíticas úteis para a compreensão de conflitos atuais. Esses elementos indicam necessidade de ampliar debates sobre justiça cognitiva e pluralidade interpretativa.

As implicações teóricas apontam que formas de resistência se constroem tanto por meio de rituais quanto por narrativas que preservam memórias e fortalecem vínculos comunitários, abrindo caminhos para ações que promovam reconhecimento e redistribuição simbólica. Surgem possibilidades práticas relacionadas à educação, à gestão pública e ao fortalecimento de redes culturais comprometidas com dignidade e diversidade espiritual. Recomenda-se aprofundar investigações sobre relações entre pedagogias afroreligiosas, políticas de saúde e disputas por legitimidade cultural, expandindo diálogos com diferentes territórios.

Os resultados sugerem que compreender o silenciamento como prática de poder exige atenção às microdinâmicas que conectam corpo, ritual e disputa simbólica, contribuindo para debates contemporâneos sobre democracia e justiça social. Observações sobre circulação de narrativas e objetos rituais revelam que práticas comunitárias sustentam reorganizações políticas que permanecem em movimento e demandam abordagens interpretativas mais sensíveis. A partir dessas reflexões, fortalecem-se caminhos para pesquisas futuras que articulem ética, espiritualidade e transformação social sem encerrar o debate em fronteiras fixas.

Referências Bibliográficas

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia*. Ensaios Filosóficos, 2016.

BARROS, Jose Flávio Pessoa de. *Na minha casa: preces aos orixás e ancestrais*. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

BOAZ, Danielle. “*Spiritual Warfare*” or “*Crimes against Humanity*”? *Evangelized Drug Traffickers and Violence against Afro-Brazilian Religions in Rio de Janeiro*. Africana Studies Department, University of North Carolina at Charlotte, Charlotte, NC 28223, USA; 30 nov. 2020.

BRAGA, Isabel Cristina Silva. A questão racial e as políticas públicas de igualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 1, p. 65-81, 2012.

DANTAS, Fábio. *Ervas e Benzimentos*. Editora Academia. São Paulo, 2023.

DE JAGUN, Márcio. *Ewé: a chave do portal: o conceito de saúde e doença conforme a filosofia ioruba, a ritualística do equilíbrio físico e espiritual através do elemento vegetal*. Rio de Janeiro. Litteris Editora. 2019.

FERNANDES, N. V. E. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. *Revista Calundu*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRIAS, Rodrigo Ribeiro; SALAMI, Adeniyi Olawale Ribeiro. Noções Iorubás de saúde, doença e cura. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 45, n. 3, p. e69702, 2023.

FRY, Peter. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 6, n. 2, p. 191-214, 2006.

HENRIQUES, Priscila. Entre o sagrado e o profano: a religião como instrumento de poder. *Revista Três Pontos*, v. 9, n. 1, p. 55-73, 2020.

HOOKS, Bell. A teoria como prática libertadora. In: HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Saberes da floresta*. Editora Jandaíra, 2020.

PRANDI, Reginaldo. *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. 2001.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

REIS, João José. Religião e escravidão em tempos modernos. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, n. 3, p. 197-214, 2015.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi, Morte e Transgeracionalidade: Óticas da Psicologia e do Saber Tradicional Iorubá (África Ocidental). In: G. J. de Paiva, M. H. de Freitas & amp; T. A.A. de Aquino. *Morte Psicologia e Religião*. Osorio, RS: Terceira Via, 2017.

SANTOS, Edmar. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009. Livro digital em formato Amazon Kindle.

SEGATO, Rita Laura. *Santos e Daimones*. Brasília: Editora UnB, 2005. Republicação de livro de 1986.

SILVA, Clodoaldo Matias da Silva. Educação popular, feminismos e justiça social: a influência de Paulo Freire nas práticas educativas de mulheres do campo. *Caderno Espaço Feminino*, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 89–105, 2025a.

SILVA, Clodoaldo Matias da. Entre o diálogo e o conflito: os desafios de ensinar democracia em um Brasil polarizado. *Marupiará: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins*, v. 10, n. 1, p. 01–17, jan./jun. 2025b.

SILVA, Clodoaldo Matias da; PEREIRA, Alexandre Figueiredo; ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares de; STRIBEL, Guilherme Pereira. Entre folhas, rezas e sangue: o oogun iorubá como epistemologia de cura e resistência. *Revista Calundu, [S. l.]*, v. 9, n. 2, p. 28–41, 2025.

SILVA, Tomás Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomás Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SILVA, Vagner Gonçalves. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.

VOGEL, Arno et al. *A galinha-d'angola: iniciação e identidade na cultura afrobrasileira*. Série raízes, v. 3, Rio de Janeiro, Editora Pallas. 1993.

Recebido em: 02/01/2026

Aceito em: 17/04/2026